

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.172 - PE (2019/0158533-2)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : ZIHUATANEJO DO BRASIL ACUCAR E ALCOOL S.A EM RECUPERACAO JUDICIAL
SUSCITANTE : COMPANHIA GERAL DE MELHORAMENTOS EM PERNAMBUCO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : S/A LEO IRMAOS ACUCAR E ALCOOL - EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL
SUSCITANTE : BRAZIL ETHANOL LEO PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : KELBE COMERCIAL EXPORTADORA DE ACUCAR E PARTICIPACOES LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO : RODRIGO CAHU BELTRÃO - PE022913
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 25A VARA CÍVEL DE RECIFE - PE
SUSCITADO : JUÍZO DA 8A VARA DO TRABALHO DE RECIFE - PE
INTERES. : MARIA DO SOCORRO DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO : ROSEMARY QUEIROZ INACIO - PE015616

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência suscitado por Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Álcool S/A - em recuperação judicial, Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco - em recuperação judicial, S/A Leão Irmãos Açúcar e Álcool - em recuperação judicial, Brazil Ethanol Leão Participações S.A. - em recuperação judicial e Kelbe Comercial Exportadora de Açúcar e Participações Ltda - em recuperação judicial, em face do Juízo de Direito da 25ª Vara Cível de Recife/PE e do Juízo da 8ª Vara do Trabalho de Recife/PE.

Afirmam ser integrantes do denominado Grupo Cucaú, que, em 8.10.2013, ingressou com pedido de recuperação judicial em trâmite perante a 25ª Vara Cível de Recife, conforme noticiado ao Juízo da 8ª Vara do Trabalho de Recife/PE.

Acrescentam que o Grupo Cucaú teve seu pedido de recuperação judicial deferido no dia 17.10.2013, sendo o Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores, bem como homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Aduzem que, não obstante essa situação, o "Juízo da 8ª Vara do Trabalho de Recife/PE, nos autos da reclamatória trabalhista proposta por MARIA DO SOCORRO DA SILVA PEREIRA, processo nº 0000961-02.2015.5.06.0008 (doc. 07), determinou a penhora via BacenJud no valor de R\$ 20.739,03 (vinte mil, setecentos e

Superior Tribunal de Justiça

trinta e nove reais e três centavos), sem a prévia oitiva do Juízo recuperacional da 25ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE, desconsiderando completamente o que preceitua a Lei 11.101/2005 e a remansosa jurisprudência dessa C. Corte Superior".

Liminar deferida às fls. 235/239,, informações dos Juízos suscitados às fls. 242/245 e 248/250. Parecer do Ministério Público Federal às fls. 252/257, opinando pelo conhecimento do conflito, declarando-se competente o Juízo da recuperação judicial.

Eis os fundamentos pelos quais deferi a liminar:

Assim postos os fatos, verifico que a questão discutida nos autos já foi, reiteradamente, decidida por esta Corte que entendeu que, "com a edição da Lei 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais (...)" (CC 110941/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, DJe 1º/10/2010).

Tal entendimento tem como finalidade dar efetividade aos princípios norteadores do instituto da recuperação judicial, notadamente ao disposto no art. 47 da Lei nº 11.101/05, segundo o qual "a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

Desse modo, são, pois, incompatíveis com a recuperação judicial os atos de execução proferidos por outros órgãos judiciais de forma simultânea com o curso da recuperação ou da falência da empresa devedora.

Nesse sentido são, dentre outros, os seguintes acórdãos:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.
2. O Juízo universal é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda,

inclusive para o prosseguimento dos atos de execução, ainda que o crédito seja anterior ao deferimento da recuperação judicial, devendo, portanto, se submeter ao plano, sob pena de inviabilizar a recuperação. Precedentes do STJ.

3. Competência do Juízo de Direito da 1.^a Vara Cível de Santa Helena de Goiás/GO, para o prosseguimentos de execuções trabalhistas.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 148.536/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/03/2017, DJe 15/03/2017)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O tema não é novo nesta Corte, que já firmou entendimento no sentido de que, após o deferimento da recuperação judicial, é do Juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa.

2. Nesses casos, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 144.592/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 03/11/2016)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES TRABALHISTAS. ATRATIVIDADE. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

A manutenção de execuções trabalhistas individuais, aplicando-se isoladamente o disposto no art. 6º, §5º, da LF n. 11.101/05, afrontaria os princípios reitores da recuperação judicial.

Prevalência do princípio da preservação da empresa (art 47). Competência do juízo universal.

.....

Superior Tribunal de Justiça

.....

(CC 111074/DF, rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Segunda Seção, DJe de 04/10/2010)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO AO JUÍZO RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/05. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1. Com a edição da Lei n. 11.101, de 2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.

2. Se, de um lado, há de se respeitar a exclusiva competência da Justiça laboral para solucionar questões atinentes à relação do trabalho (art. 114 da CF); por outro, não se pode perder de vista que, após a apuração do montante devido ao reclamante, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, ex vi dos princípios e normas legais que regem o plano de reorganização da empresa recuperanda.

3. A Segunda Seção do STJ tem entendimento jurisprudencial firmado no sentido de que, no estágio de recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05.

4. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 110287/SP, rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Seção, DJe de 29/03/2010)

Verifico que, de fato, no presente caso, a Recuperação Judicial foi concedida e está em pleno curso (fls. 159/162) e que foi dado prosseguimento à execução referida nos autos (fls. 169/191), inclusive com a penhora de valores via BacenJud.

Superior Tribunal de Justiça

O Juízo da 8ª Vara do Trabalho de Recife/PE manifestou-se afirmando que, de fato, foi efetivado o bloqueio de crédito pertencente a uma das suscitantes, tendo, em razão somente da liminar aqui deferida, determinado a suspensão da execução, com a transferência do valor bloqueado para o Juízo da recuperação judicial. Acrescentou que os autos encontram-se conclusos para o julgamento dos embargos à execução.

Entendo, contudo, ser prudente a confirmação da liminar, a fim de que não sejam praticados atos de constrição de bens ou valores das suscitantes durante o curso da recuperação judicial.

Em face do exposto, confirmo a liminar deferida e, com fundamento no artigo 957 do Código de Processo Civil de 2015, conheço do conflito para declarar competente para qualquer ato de constrição ou alienação de bens ou valores da suscitante, na execução referida nos autos, o Juízo de Direito da 25ª Vara Cível de Recife/PE.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora